

**Os direitos conquistados
precisam de ser exercidos e defendidos!**

Não aceitamos o “pacote de exploração e empobrecimento” do Governo PSD-CDS que pretende dar aos patrões mais poder para despedir; alterar os horários a seu belo prazer; aumentar e generalizar a precariedade; reduzir os salários e outras retribuições; destruir a contratação colectiva, substituindo-a pela relação individual de trabalho; eliminar descansos, feriados e dias de férias; diminuir ainda mais a protecção social aos desempregados/as; aprofundar a fragilização da Segurança Social; impor a mobilidade geográfica e a insegurança no emprego!

O pacote não é lei!

Vamos intensificar a luta nos locais de trabalho e na rua para o derrotar!



Emprego, Salários, Direitos, Serviços Públicos

**MUDANÇA
DE POLÍTICA!**

PROCELÁRIA

É vista quando há vento e grande vaga
Ela faz o ninho no rolar da fúria
E voa firme e certa como bala.

As suas asas empresta à tempestade
Quando os leões do mar rugem nas grutas
Sobre os abismos passa e vai em frente

Ela não busca a rocha o cabo o cais
Mas faz da insegurança a sua força
E do risco de morrer seu alimento

Por isso me parece imagem justa
Para quem vive e canta no mau tempo.

Sophia M.B.Andresen

22 Março 2012
**GREVE
GERAL**

TODAS NA GREVE GERAL!



**VALORIZAR SALÁRIOS
DIGNIFICAR HORÁRIOS
EFFECTIVAR DIREITOS**

Promover a Igualdade



8 Março 2012

O DIA INTERNACIONAL DA MULHER é comemorado há mais de um século e está associado à luta organizada das mulheres trabalhadoras contra as desigualdades e discriminações, pela construção de alternativas políticas transformadoras da sociedade que contribuam para a emancipação económica, social, política e cultural das mulheres



Co-financiado por:



É tarefa fundamental do Estado, entre outras:
“PROMOVER A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES”
(alínea h), artº 9º da Constituição da República Portuguesa)



COMBATER AS INJUSTIÇAS

CONTRA A EXPLORAÇÃO



- Acentuam-se as **desigualdades salariais** e as **discriminações directas e indirectas**, num quadro geral de baixos salários para todos/as;
- O **salário mínimo nacional** (485€) abrange a maior proporção de mulheres nos últimos anos e do qual resulta um valor líquido de 432 € (abaixo do limiar da pobreza);
- A **pensão média de velhice** das mulheres é de 304€;
- O **Rendimento Social de Inserção** abrange maioritariamente mulheres (52,4% do total).

Não se promove a igualdade entre mulheres e homens, quando se semeiam tantas injustiças e desigualdades na sociedade!

Crescimento real dos salários e pensões!

Contra a carestia de vida!

Aumento imediato do salário mínimo nacional!

- O **trabalho a tempo parcial e precário** afecta mais de 57% de mulheres que não conseguiram encontrar emprego a tempo inteiro nem salário correspondente;
- A **falta de infra-estruturas de apoio à família** obriga a mulher a trabalhar mais 16 horas por semana, em trabalho não remunerado, de apoio à família;
- A percentagem de **mulheres a trabalhar por turnos** ao sábado, domingo e à noite, subiu de 30% para 40%, na última década.

Redução progressiva para as 35 horas de trabalho semanal,

sem adaptabilidade nem perda salarial

Dispensa de prestação de trabalho nocturno ou por turnos, dos casais com filhos menores de 12 anos, sempre que ambos os pais trabalhem nesse regime

Reforço e criação de infra-estruturas sociais de apoio, acessíveis e de qualidade, que permitam a articulação da vida pessoal e familiar com a vida profissional



JUSTIÇA SOCIAL

- O **trabalho é um direito fundamental consagrado na Constituição**, mas o que aumenta é o desemprego, afectando mais fortemente as mulheres (14,1%);
- A **precariedade** é a maior causa do desemprego (21% das mulheres trabalhadoras têm vínculos precários) e mais de 60% das jovens entre os 15 e os 24 anos estão nesta dramática situação;
- O **exercício dos direitos de maternidade e paternidade é dificultado** e os apoios às famílias enfraquecidos ou retirados (abonos de família, passes sociais, transportes escolares, custos da educação e saúde, etc.).

Emprego com direitos, contra todas as formas de precariedade, para que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efectivo

Protecção efectiva da maternidade e da paternidade, combatendo o despedimento ilegal de grávidas, puérperas e lactantes e exigindo a diminuição dos custos com educação, saúde e transportes

Defesa e melhoria das funções sociais do Estado e dos serviços públicos

NÃO AO PACOTE DE EXPLORAÇÃO E EMPOBRECIMENTO



Informe-se bem sobre os seus direitos: www.cgtp.pt